

Gênero, sexualidade e educação básica no Brasil: uma análise da produção acadêmica entre 2010 e 2019

Gender, sexuality and basic education in Brazil: an analysis of academic production between 2010 and 2019

Shirlei Alexandra Fetter¹
Denise Regina Quaresma da Silva²

Resumo

Este artigo teve como objetivo investigar através de revisão sistemática sobre como as práticas educacionais têm se posicionado diante da identidade sexual e de gênero que adentram as salas de aula. Ao considerar os aspectos metodológicos, a pesquisa realizou uma abordagem bibliométrica, para contemplar o objetivo deste estudo a pesquisa foi embasada por análise interpretativa sobre os dados pesquisados. Verificou-se uma concentração significativa entre os temas de formação continuada, identidade sexual e de gênero e diferenças. Enfatizando que a abordagem, sobre a problemática, se destaca entre as publicações, de fato naquelas que estabeleceram relação com as bases conceituais para alcançar a sustentação ao tema, que se centraliza em identidade sexual e de gênero no campo educacional. Para complementar a análise, desenvolveu-se a categorização dos dados, os quais se destacam como identidade, formação continuada dos profissionais da educação e currículo. Conclui-se que a produção científica sobre a identidade sexual e de gênero, realizados durante os anos de 2010 a 2019, apontaram que a identidade sexual e de gênero dos estudantes sejam repensadas através das ações pedagógicas/escolares sejam repensados os currículos que, ainda apresentam, valores e rotulações da vida social e cultural, negando a diversidade.

Palavras-chave: Educação; Sexualidade; Educação básica; Gênero.

Abstract

This article aimed to investigate through a systematic review on how educational practices have positioned themselves in the face of sexual and gender identity that enter the classroom. When considering the methodological aspects, the research carried out a bibliometric approach, to contemplate the objective of this study the research was based by interpretative analysis on the researched data. There was a significant concentration between the subjects of continuing education, gender and gender identity and differences. Emphasizing that the approach to the problem stands out among the publications, in fact those that have established relationship with the conceptual bases to achieve support to the theme, which focuses on sexual and gender identity in the educational field. To complement the analysis, data

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle (PPGE/La Salle), com linha de pesquisa em Formação de Professores, Teorias e Práticas Educativas, sendo bolsista da CAPES. Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (PPGDR/Faccat). Atualmente é professora e coordenadora pedagógica na Rede Municipal de Parobé/RS. E-mail: fetershirlei@gmail.com

² Pós-Doutora em Estudos de Gênero pela Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES/Argentina). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle (PPGE/La Salle) e do curso de graduação em Psicologia na mesma universidade. E-mail: denise.silva@unilasalle.edu.br

categorization was developed, which stands out as identity, continuing education of education professionals and curriculum. It is concluded that the scientific production on sexual and gender identity, carried out from 2010 to 2019, pointed out that the sexual and gender identity of students are rethought through the pedagogical / school actions to be rethought the curricula that still present, values and labels of social and cultural life, denying diversity.

Keywords: Education; Sexuality; Basic education. Genre.

1. Considerações iniciais

Discute-se a relação de identidades sexual e de gênero na educação brasileira a partir das produções acadêmicas. Em nossa contemporaneidade os processos de convivência social, atitudes, entendimentos e interpretações, à guisa da convivência mútua em espaços educativos. Através das configurações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a educação contemporânea assume a responsabilidade de efetuar uma leitura original do global, no sentido de promover a educação integral, isto é, a percepção do estudante em sua integralidade (BRASIL, 2017).

Outro fator que se aborda é o desafio de um tema atual que necessita, de fato, de uma ampla discussão. Afirmar que a diversidade sexual e de gênero contextualiza o preconceito e a discriminação, não se deixou de abordar o seu conceito em específico. Não menos importante, sobre identidade de gênero buscou-se interpretar e apresentar as características de transgêneros, cisgêneros e os não-binários. Discorreu-se sobre as características de gênero e sexualidade e as influências culturais sobre os termos, como se adentrou a apresentar a teoria queer, a qual designa-se ao diferente, ao desigual é o sujeito da sexualidade desviante que não deseja ser integrado, nem tolerado (LOURO, 2015).

Enquanto metodologia, o estudo desenvolveu uma pesquisa aplicada, com abordagem metodológica de acordo com as técnicas bibliométricas, as quais mostram que a pesquisa pode ser de grande descoberta, a partir da produção científica estabelecendo por analisar as produções acadêmicas na Base de Dados Educa, no período de 2010 a 2019, sobre os referidos focos de identidade sexual e de gênero na Educação Básica brasileira.

Optou-se por analisar oitenta artigos selecionados, ao encontro da temática explorada. Após selecionados os mesmos foram categorizados, o que, conseqüentemente, gerou interpretações sobre emancipação; formação continuada; currículo; identidade e diferenças. Para análise foram consideradas as três que apresentaram maior quantidade. As quais se configuram como: Identidade que apesar

dos padrões culturais/heteronormativos da sociedade, existem as identidades de gênero. A carência na formação continuada no tocante ao espaço educacional, os "papéis" continuam a se reproduzir e o Currículo, esse, precisa aprimorar conhecimentos e compreender a pluralidade social é dinâmica, que constante caminha para a transformação.

Em síntese, ressignificar valores, atitudes, respeito mútuo e práticas de combate aos estereótipos normativos sobre o masculino e o feminino, são possibilidades educacionais sejam revistos e (re)avaliados na vida social e cultural, e, finalmente, sobre as rotulações e as imposições ideológicas da liberdade humana.

2. Referencial teórico

Considera-se que o Brasil é uma sociedade com diversidade de valores culturais, tradições, línguas, religiosidades, os quais constituem nossas identidades sociais. Expressivas são as mudanças, no que se refere às relações de gênero e sexualidade, socioculturais e históricas que ocorreram desde as décadas de 1960 e 1970. Assim, partiu a atuação dos movimentos feminista, gay e lésbico, que se propuseram a forma mais aberta. Porém, a sociedade brasileira, permaneceu ao longo de muito tempo imóvel perante a demanda social tão importante quanto a diversidade (CROCHIK, 2006).

Ao discorrer sobre a sociedade brasileira, em específico com a diversidade, sobretudo com aqueles que irrompem com os conceitos contemporâneos de sexo-gênero e a comunidade LGBT. A negação de acréscimo e o reconhecimento à diversidade sexual, assim como, a naturalização do binarismo, separando, desta forma todos vivenciam suas identidades de gênero com base em uma configuração diferente da dominante (MISKOLCI, 2012).

Levando-se em consideração os aspectos já mencionados, apresenta-se a identidade de gênero como conceito em que define o modo como o ser se identifica (LOURO, 2009). Sua identidade consiste em seu gênero que representa como a pessoa se reconhece; masculino ou feminino, um e outro ou inexistente. O que delibera a identidade de gênero, de acordo com os conceitos de Louro (2009), é o modo que a pessoa se compreende, assim como a disposição que a mesma apresenta em ser verificada pelas outras pessoas.

Já para o campo da psicologia a forma da identidade de gênero pode ser classificada em diversas frequências, entre masculinidade e feminilidade, as quais podem variar ao decorrer da vida. Ao contrário, erroneamente do que se pensava no passado, a identidade de gênero não é um desajuste mental. Entretanto, qualquer afirmação de patologização, ou seja, a afirmação de ser uma “doença” do transgênero pode representar a violação dos direitos humanos do indivíduo (CROCHIK, 2006).

Apresenta-se a existência de três principais características de identidade de gênero. De acordo com Benedetti (2005) elas são transgêneros, cisgêneros e os não-binários. O transgênero é o indivíduo que se identifica com um gênero diferente do biológico, isto é, aquele que lhe foi atribuído ao nascimento. Por exemplo: uma pessoa transgênica nasce com características masculinas, mas se sente identifica como gênero feminino ou possui características físicas femininas, mas que se identifica como um homem. Em sucessão o cisgênero caracteriza-se pelo seu gênero de nascença. Por exemplo, uma pessoa que possui o gênero biológico masculino e que se identifica, socialmente e psicologicamente, como um homem. Logo, o não-binário se que caracteriza pela mistura entre masculino e feminino, ou a total indiferença entre ambos. As pessoas não-binárias sobrepõem as funções sociais que são atribuídos aos gêneros, estabelecendo a terceira identidade que se distancia do padrão “homem e mulher”.

Sobre os discursos em torno do conceito de gênero, as representações sociais apresentam características subjetivas. Conseqüentemente, entende-se que, sobre o gênero, os discursos históricos e culturalmente, instituem representações sociais aceitáveis ou não sobre o que inferimos e entendemos como homem e mulher (NUNES; SILVA, 2000). Por esse motivo:

Já não mais entendido como um produto de antigas relações culturais e psíquicas, o gênero é um modo contemporâneo de organizar normas passadas e futuras, um modo de nos situarmos e através dessas normas, um estilo ativo de viver nosso corpo no mundo. (BUTLER, 2003, p. 142).

É importante acrescentar que, com este diálogo apresentado, tanto o gênero como o sexo se apresentam como questões culturais, ainda que se tenha estabelecido pensamentos sobre o corpo, o sexo e a sexualidade como interpretação múltipla (BUTLER, 2003).

Em virtude do que foram mencionadas, as dimensões intrínsecas ao gênero, a sexualidade está inserida na condição humana, na existência prática e concreta. Segundo Nunes; Silva (2000) é a manifestação inerente a todos e a cada ser humano em particular. No sentido de explicitar a tríade sexo-gênero-sexualidade além de ser inerente ao contexto familiar, ela também pertencente ao campo político e social, pois é “[...] ‘aprendida’, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos” (LOURO, 1999, p. 11).

Pode-se mencionar, por exemplo, que os conceitos de gênero e identidades de gênero são mecanismos socioculturais propagados por percursos a disposição nas diversas esferas de atividade humana. Acredita-se que para falar sobre gênero se faz necessário, fazer uma descrição sobre o tema a partir da contextualização, o qual se identifica esse campo ancorado ao sociocultural (MEYER, 2003).

Por outro lado, o gênero é indispensável à semelhança com sexo biológico ou mesmo a sexualidade. Segundo Meyer (2003), gênero está constantemente atravessado pelo período histórico em que se vive. Para melhor entendimento, Louro (2007) corrobora, quando recapitula que o sexo é características biológicas, todavia os gêneros femininos e masculinos são construídos culturalmente e se diferenciam, de acordo com os comportamentos da sociedade.

Em diálogo com o conceito de gênero, adentrasse a sexualidade. Este termo engloba fatores que apresentam dificuldades de se encaixar em absoluta e única definição. A sexualidade, enquanto termo nos remete a um meio em que tudo é proporcional, subjetivo e, por vezes, paradoxal. Complementa-se como o lineamento mais intrínseco do ser humano, o qual se manifesta de forma singular em cada pessoa de acordo com as suas particularidades e suas experimentações vivenciadas pelo mesmo. Estas ações estão diretamente relacionadas aos fatores genéticos e culturais ao conhecimento e ao poder (LOURO, 2015).

Convém lembrar que a concepção sobre sexualidade ao encontro de prazer e sensações, são proporcionadas pelo contato ou toque, atração por pessoas de sexo oposto ou do mesmo sexo. Porém “é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo” (MISKOLCI, 2012, p. 25).

Consequentemente, a característica queer é abordada a fim de apresentar os fatores que resistem às imposições culturais dominantes. A resistência para aquilo que é coagido pela sociedade, de modo geral é apontado como indícios de desvio, de estranheza e anormalidade. Neste caso, a teoria *queer*, de acordo com Louro (2015) é considerado o fator que identifica os movimentos LGBT's, o mesmo tem por finalidade representar a sua tradução literal que significa o “estranho”, o “diferente”, com vistas a transgredir o padrão social de heteronormatividade.

Assim sendo, a teoria *queer* problematiza a lógica binária e com seus efeitos:

Especificamente em relação à homossexualidade, a pedagogia queer não quer simplesmente estimular uma atitude de respeito ou tolerância à identidade homossexual. Ela tampouco quer estimular uma abordagem terapêutica, na qual a ênfase estaria no tratamento individual do preconceito e da discriminação. A abordagem baseada nas noções de tolerância do respeito deixa intocadas as categorias pelas quais a homossexualidade tem sido definida, histórica e socialmente, como forma anormal de sexualidade, as categorias do heterossexual tolerante e do homossexual tolerado. Da mesma forma, a abordagem terapêutica transfere para o nível individual e psicológico uma questão que pertence ao nível institucional, social, cultural, histórico (SILVA, 2009, p. 108).

Um de seus objetivos é contrapor as diferenças culturais. Ao dialogar com o conceito de gênero prioriza e contestam os comportamentos de uma sociedade instaurados às representações e perpassados por intencionalidades femininas e masculinas e, simultaneamente com sentido diferenciado a essas representações.

Pensar excessivamente acerca das dificuldades que a sociedade brasileira apresenta em apropriar-se dos conceitos de diversidade, sobretudo com aqueles que interferem como os “modelos” padronizados de sexo e gênero. Deste modo, a comunidade LGBT passa por preconceitos e discriminações provenientes das características histórica/cultural. Neste sentido, a divergência dialógica, em sentido diferenciado das representações de gênero e sexualidade como essencial e urgente ao convívio notório e diversificado.

3. Aspectos metodológicos

Este artigo teve como objetivo investigar, através de revisão sistemática, sobre como as práticas educacionais têm se posicionado diante da identidade sexual e de gênero que adentram as salas de aula. Com isso, a investigação contempla as

principais questões de sexualidade e gênero relacionados ao objetivo principal do estudo no período entre 2010 e 2019. Assim sendo, a pesquisa possui caráter descritivo/interpretativo, pois segundo Gil (1999) esse tipo de estudo busca não somente descrever as características de populações ou fenômenos, mas interpretá-los.

Para o levantamento de dados foi utilizado uma abordagem, a partir da análise da produção científica brasileira de realizada neste estudo, sobre identidade sexual e de gênero com base em dados utilizados pelas técnicas bibliométricas. Moraes (2013), afirma ser a pesquisa bibliométrica uma análise para as produções científicas, o que permite a sustentação para a produção de novos trabalhos. Visto que se buscou, investigar dados em série quantitativos e temporais para que se apontassem as principais demandas de análise um determinado período de tempo. Na sequência, esta abordagem foi embasada pelas análises e deu sentido à interpretação. Uma vez que, as interpretações pautadas em inferências buscam o que se esconde por trás dos significados das palavras para apresentarem, em profundidade, o discurso dos enunciados (BARDIN, 2011).

Os dados, objeto deste estudo, foram coletados na Base de Dados EDUCA, portal da biblioteca da Faculdade de Educação - Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG - <https://www.biblio.fae.ufmg.br/educa/conteudo.html>). Esta pesquisa foi realizada durante o mês de maio e junho do decorrente ano e compreende os dados do período de 2010 a 2019.

A partir da coleta de dados foi desenvolvida uma planilha eletrônica com o objetivo de sistematizar as seguintes informações da Base de Dados EDUCA: (I) Total de periódicos brasileiro indexados; (II) foi selecionar os periódicos de ciências humanas; (III) critérios de inclusão foram os artigos escritos em Português; (IV), identificar quais contemplam a dez anos o tema “identidade sexual e de gênero”; (V) categorizar por área sob a perspectiva de análise de conteúdos de acordo com Bardin (2011), é um conjunto de instrumentos metodológico que se aplica a discursos extremamente diversificados, enriquecendo a tentativa exploratória, procurando conhecer aquilo que está por trás do significado das palavras ou mensagens transmitidas. Isto é, uma análise de conteúdo que permitiu a leitura profunda dos textos selecionados, que objetivo a descoberta das relações existentes entre o

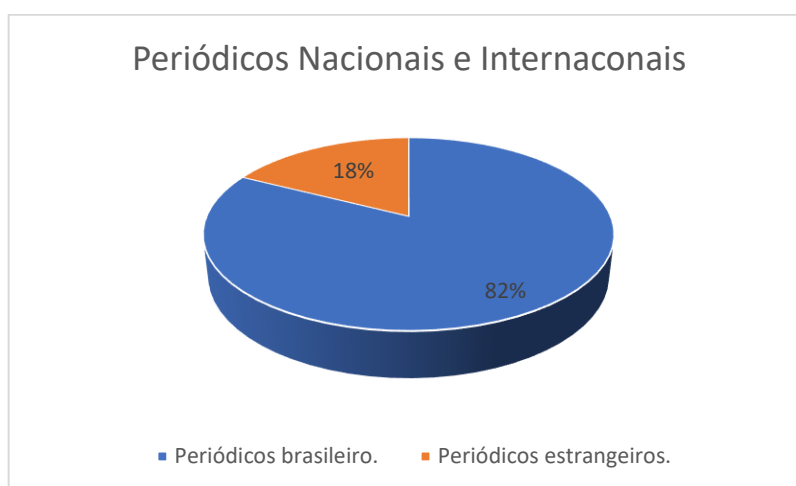
significado do discurso e os aspectos exteriores, permitindo a compreensão, a utilização e a aplicação de um determinado conteúdo.

4. Análise de dados

As principais formas de análises, para contemplar o objetivo deste estudo foi a pesquisa bibliométrica, através da mesma se elaborou levantamentos sobre estudos publicados anteriormente.

A primeira (I), análise do estudo se concentra nos principais periódicos brasileiros em Educação, destacando os seguintes dados. O Gráfico 1 apresenta a quantidade de periódicos indexados na biblioteca Base de Dados EDUCA. O total de setecentos e oitenta e oito títulos de periódicos foram encontrados, entre eles cento e trinta e oito se destacam como estrangeiros assim, apresentados no gráfico.

Gráfico 1 – Total de periódicos na Base de Dados

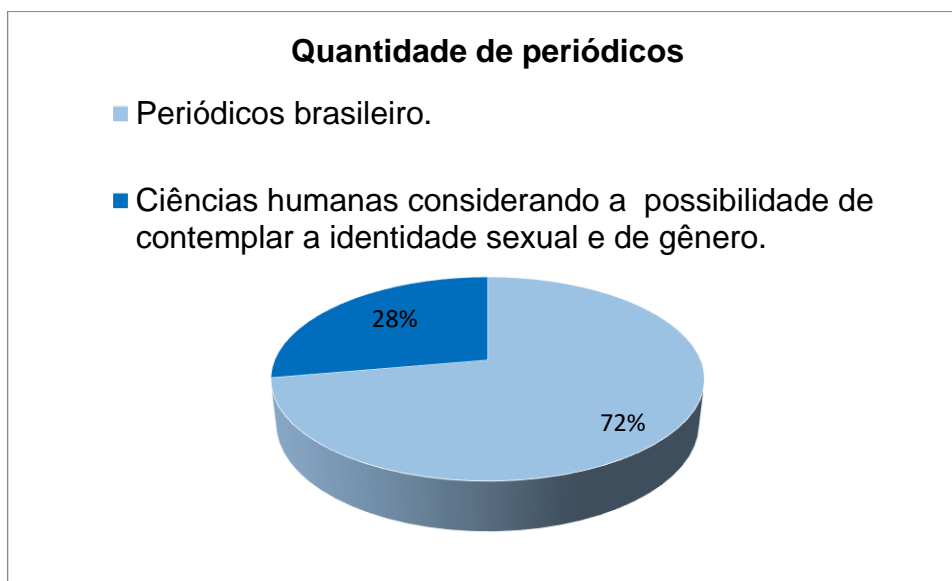


Fonte: elaborado pelas autoras

Em análise ao número total de periódicos, apresentado pela Base de Dados, contempla-se a maior quantidade, assim apresentados em porcentagem, no gráfico acima como brasileiro. Porém aos internacionais concentra-se a menor quantidade, os quais foram excluídos, dado que não contempla a proposta o estudo.

Na segunda (II) inserção foi possível selecionar os periódicos de ciências humanas. O gráfico 2 apresenta a relação estabelecida entre os periódicos brasileiros com os aspectos de inclusão de ciências humanas considerando a possibilidade de contemplar a identidade sexual e de gênero na escola de Educação Básica.

Gráfico 2 – Relação dos periódicos brasileiros com temática



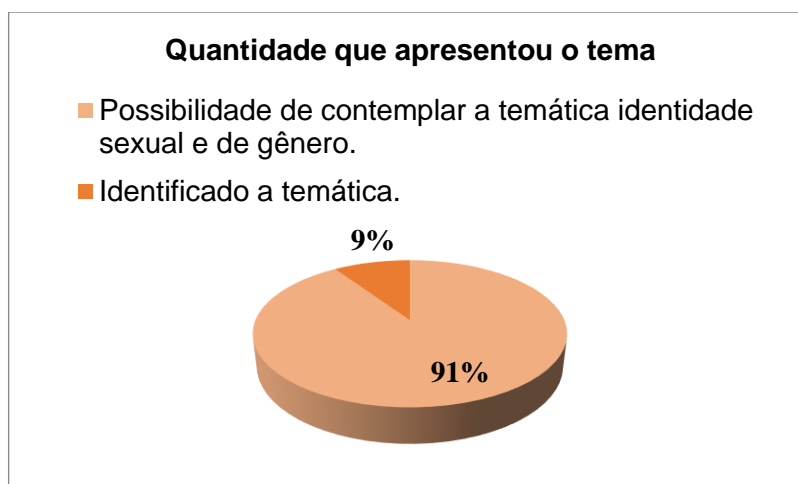
Fonte: elaborado pelas autoras

O número total de periódicos brasileiros é de seiscentos e cinquenta, conforme apresentado no gráfico acima, sendo que duzentos e cinquenta foram os que apresentaram a possibilidade de contemplar a temática identidade sexual e de gênero que adentram as salas de aula.

Ao considera o terceiro (III) critérios de inclusão, dentro do total apresentado no primeiro gráfico, foram considerados os *artigos* escritos em português, língua materna brasileira.

Quarto (IV) critério utilizado foi identificar quais desses 250 periódicos, ou seja, 28% desses contemplaram a dez anos o tema “identidade sexual e de gênero”.

Gráfico 3 – Periódicos que apresentaram a temática do estudo



Fonte: elaborado pelas autoras

No total de duzentos e cinquenta periódicos selecionados com a possibilidade de contemplar a temática, em vinte e seis foi possível identificar o assunto identidade sexual e de gênero na sala de aula da Educação Básica nos resumos, apresentando um percentual de 9%, totalizando oitenta artigos selecionados.

O quinto (V) critério realizado foi classificar os oitenta artigos em qual área, ou melhor, sobre quais linhas de estudos se caracterizam. Assim, em sequência apresenta-se a análise de conteúdos segundo (BARDIN, 2011). O autor destaca que a categorização é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles (Quadro 1).

Quadro 1 – Análise da produção acadêmica entre 2010 e 2019

Demandas	Foco do assunto	Local	Ano
Emancipação	Educação e combate a opressão; Família e escola;	Bahia Mato Grosso do Sul	2015 2019
Diferenças	Ações do poder público; Educação Inclusiva; Ações afirmativas; Prática pedagógica; Práticas escolares; Sexualidade e gênero no cotidiano escolar; Políticas de educação; Gênero, sexualidade e educação; Políticas públicas; Diferenças de relacionamentos; Gênero, sexualidade e educação; Gênero e Diversidade Sexual; Prática pedagógica; Prática pedagógica; Demanda cultural juvenil; Políticas de educação; Políticas de educação;	Minas Gerais Rio Grande do Sul Amazonas Amazonas Maranhão Rio de Janeiro Rio Grande do Sul São Paulo São Paulo Santa Catarina São Paulo Mato Grosso do Sul Rio de Janeiro Rio Grande do Sul Brasília Rio Grande do Sul Pará	2012 2018 2018 2018 2016 2015 2014 2019 2018 2018 2019 2019 2011 2016 2017 2018 2019
Formação continuada	Prática pedagógica; Prática pedagógica; Estudo de gênero; Conceitos de gênero; Percepção sobre gênero na Educação Infantil; Diversidade Sexual; Prática pedagógica; Representações de gênero e sexualidade; Gênero e sexualidade na escola; Gênero e sexualidade; Sexualidade na escola; Diversidade sexual na escola; Discussões de gênero; Gênero e sexualidade; Gênero e de sexualidade nas brincadeiras; Relações de gênero e sexualidades; Diversidade, diferença e igualdade; Sexualidades e relações de gênero; Prática pedagógica; Experiências escolares; Sexualidades, gêneros e diferenças;	São Paulo Ceará São Paulo Paraná Paraná São Paulo São Paulo Maranhão Rio Grande do Sul Mato Grosso do Sul São Paulo São Paulo Rio Grande do Sul Santa Catarina Mato Grosso Bahia Minas Gerais Rio Grande do Sul Paraná Rio Grande do Sul Mato Grosso do Sul Ceará	2019 2019 2019 2014 2018 2019 2014 2016 2017 2014 2018 2014 2019 2013 2016 2016 2011 2019 2019 2016 2017 2017 2017
Identities	Prática discursiva;	Rio Grande do Sul	2018

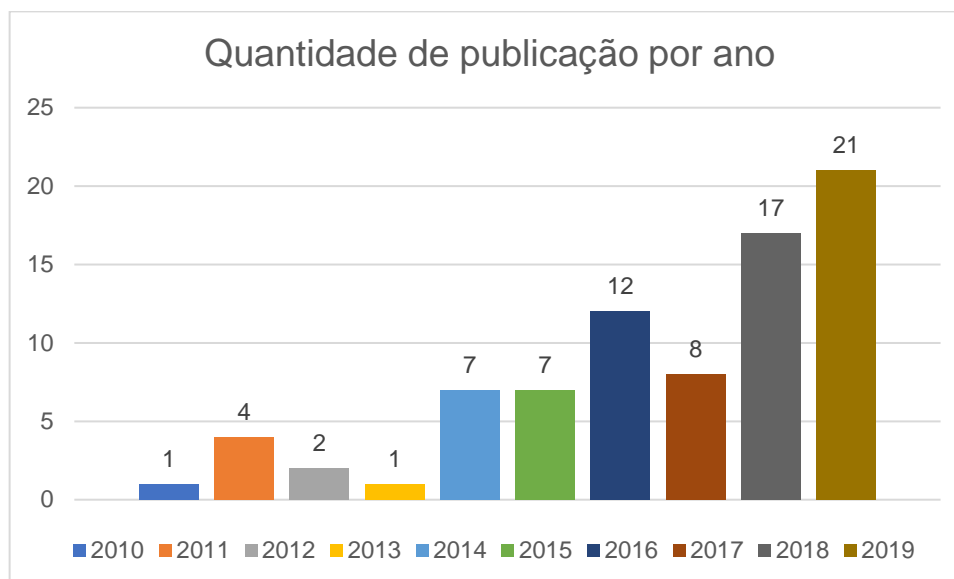
	Sexualidade e gênero; Vivências escolares; Vivências escolares e familiares; Trajetórias de vida; Práticas escolares; Diversidade sexual na Universidade; Sexualidades na contemporaneidade; Ações pedagógicas; Vivências escolares; Homossexualidade; Gestão pedagógica; Diversidade sexual na escola; Sexualidade, gênero e educação; Pessoas transexuais; Políticas públicas; Atitudes pessoais; Experiências escolares; Saberes sobre corpos; Relações de gênero, Sexualidade; Questões de gênero; Gestão pedagógica; Atuação profissional; Vivências escolares; Homossexualidade; Políticas públicas; Sexualidade e gênero;	São Paulo Recife Paraná Minas Gerais Maranhão Maranhão Rio de Janeiro Rio Grande do Sul Rio Grande do Sul Paraná São Paulo São Paulo São Paulo Rio de Janeiro Minas Gerais Minas Gerais Rio Grande do Sul Rio Grande do Sul Rio Grande do Sul Espírito Santo São Paulo São Paulo Paraná Rio de Janeiro Pará São Paulo	2018 2015 2015 2017 2015 2018 2015 2012 2016 2018 2019 2014 2014 2019 2018 2019 2011 2016 2016 2010 2019 2019 2017 2016 2019 2019
Currículo	Relações de Gênero e Sexualidade; Desigualdades na escola; Educação Inclusiva; Gênero e Sexualidade; Gênero e Sexualidade na escola; Gênero e sexualidade das crianças; Preconceito e discriminação; Gênero, sexualidade e escola; Gênero, sexualidade e escola; Gênero, sexualidade; Gênero, sexualidade e escola;	Rio de Janeiro Rio Grande do Sul Rio Grande do Sul Rio de Janeiro Rio Grande do Sul São Paulo Mato Grosso Bahia Rio Grande do Sul Rio Grande do Sul Mato Grosso do Sul	2018 2011 2018 2017 2019 2015 2018 2016 2016 2018 2017

Fonte: elaborado pelas autoras

A categorização apresentada demonstra as questões encontradas na análise dos dados com os oitenta artigos selecionados nos periódicos pesquisados. Para tanto, as categorias encontradas ressaltam em maior quantidade a necessidade de formação docente que contemple a identidade sexual e de gênero não como diferenças, mas como inclusão da diversidade. Deste modo, na sequência serão apresentados a quantidade de periódicos, selecionados para o estudo, por ano de publicação (Gráfico 4).

Após levantamento da quantidade por ano, pode-se observar que a maior demanda se concentra neste ano, 2019. Se comparado de 2010 a 2019, está visivelmente claro a crescente produção acadêmica em torno do tema estudado.

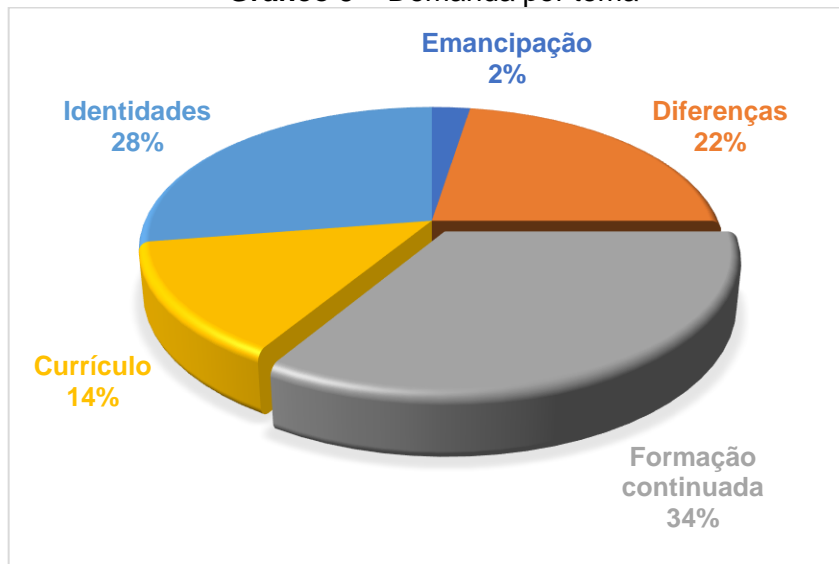
Gráfico 4 – Quantidade de periódicos por ano selecionados



Fonte: elaborado pelas autoras

Para dar continuidade, sobre os aspectos qualitativos, busca-se apresentar a categorização dos temas emergentes encontrados durante a pesquisa realizada.

Gráfico 5 – Demanda por tema



Fonte: elaborado pelas autoras

As principais categorias que emergiram foram a falta de formação continuada de profissionais da educação para abordar esse tema na sala de aula da Educação Básica, a segunda categoria apresenta a forte presença de questões de identidade a serem trabalhadas pelos docentes, assim como em terceiro, as diferenças, isto é, a desigualdade presente no ambiente escolar. As categorias que emergiram serão trabalhadas sob a perspectiva de (BARDIN, 2011). Classificou-se por semelhança,

seguindo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo. Segundo Bardin (2011) estes critérios originam categorias temáticas. Cada conjunto de categorias, fundamenta-se em critérios. O momento da descrição é, sem dúvida, de extrema importância na análise de conteúdo. É o momento de expressar os significados captados e intuídos nas mensagens analisadas. Uma vez definidas as categorias e identificado o material constituinte de cada uma delas, é preciso comunicar o resultado deste trabalho. Na fase de interpretação dos dados, o pesquisador precisa retornar ao referencial teórico, procurando embasar as análises dando sentido à interpretação. Uma vez que, as interpretações pautadas em inferências buscam o que se esconde por trás dos significados das palavras para apresentarem, em profundidade, o discurso dos enunciados (BARDIN, 2011).

4.1 Formação continuada na perspectiva da identidade sexual e gênero na Educação Básica

Ao longo desse estudo buscou-se por analisar as produções acadêmicas durante uma década, na sequência os fatos analisados estão descritos conforme as evidências do estudo. Frente a essa dimensão, é relevante pontuar algumas reflexões sobre a formação continuada. Sobre isso, rumos foram traçados a partir da Conferência Mundial sobre Educação, em 1994. Consequentemente, esse norteou a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, no que se refere à formação docente para atuar na Educação Básica, prevendo, a “associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço” e o “aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades” (BRASIL, 1996, p. 13).

Após a promulgação da LDBEN, a configuração da formação de professores no Brasil acrescentou a expansão do e no ensino superior. No âmbito da formação continuada, Junior, Fernandes e Faustino (2016), caracterizam a criação dos Institutos Superiores de Educação cursos de formação na modalidade normal e superior de licenciaturas e cursos à distância. Essas reflexões impulsionam a investigar as representações, nas formações continuadas dos/ aos professores/as sobre identidade sexual e de gênero.

Ao elaborarem métodos adequados a formação continuada, é preciso compreender as práticas dos professores e professoras. Em síntese, para promover as competências dos alunos e alunas para resolverem conflitos sobre a identidade

sexual e de gênero necessitamos pensar a formação continuada dos profissionais da educação. Para a instituição de ensino, permitir que a diferença emerge “é, portanto, aquela que desconstrói as fixações e permite que a cultura apareça como prática de dar sentido ao mundo”, (MACEDO, 2010, p. 35).

É preciso alternativas que tratam a questão de sexualidade e gênero como fonte de conteúdo de procedimentos e valores. Segundo Duque (2014) os repertórios presentes no espaço escolar, dão sentidos a cultura e aos estudantes, por isso, em determinados casos são as alternativas pertinentes a diversidade. Ao que sustenta Nóvoa (2009), a profissão docente exige dos cursos de formação a compreensão desta realidade.

Nesse sentido, partindo dessa constatação, do papel das formações continuadas docentes no trato com as questões do cotidiano escolar para além do técnico e pedagógico, é que intentamos analisar como a formação continuada contribui para a discussão das questões de identidade de gênero na escola, como caminho para compreensão e quebra de estereótipos, saindo de conceitos cristalizados e ranços que fantasmagorizam nossas instituições de ensino (RODRIGUES, RANGEL; SOUSA, 2019, p. 269).

Na maior parte dos casos, fica explícito que o tema sexualidade e gênero na escola é apontada como tabu. Atrelado ao discurso, a visibilidade nas instituições acadêmicas está marcada pela histórica e sociocultural. Se faz necessária propostas e discussões do tema, para que os cursos superiores, principalmente as licenciaturas, incluam em seus currículos essas questões. Em situações adversas e do que os demais conteúdos os currículos tratam, a necessidade de formação continuada para profissionais da educação. (SOARES; MONTEIRO, 2019).

Pela observação dos aspectos analisados, a formação continuada dos profissionais da área da educação em temas que abordam a identidade sexual e de gênero, tornam-se necessários, uma vez que estudantes possam sentirem-se acolhidos. O preconceito, a incompreensão e o desrespeito as diferenças, resultam em consequências para o processo de ensino e de aprendizagem. Nessa linha de pensamento, a falta de solidariedade pode surtir efeitos (JUNQUEIRA, 2009, p. 27)

4.2 Identidade: quem é aluno/a que frequenta a escola contemporânea

Buscamos apresentar o conceito de identidade como a definição do estudante enquanto ser social. A identidade do ser/eu, é uma desconstrução da relação

necessária e fundante entre sexo e gênero. Butler (2003), apresenta-a para reedificar uma identidade, a que corresponderiam modalidades identitárias para além da lógica binária ou heteronormativo.

Tomamos a identidade como essência humana, ela é fundamental, por isso ao assumir-se como homem ou mulher é assumir também sua sexualidade. Pensando nessa perspectiva, não se deixar de enaltecer o comprometimento docente em desconstruir padrões e rótulos sobre a afirmação da identidade dos estudantes, para a liberdade de expressão, livres de preconceitos e estereótipos, em diferentes espaços sociais, entre eles a escola (BARROSOA; BELLI, 2016).

Maciel (2014) explica que a tentativa de excluir as sexualidades do espaço escolar é fruto do mito de que os alunos e alunas se tornem gays e lésbicas. Em partes, este mito faz sentido, já que a identidade sexual é social. Essa demanda de ausência de visibilidade social, atrelada ao marco heteronormativo/heterossexualidade, são apresentados como o silenciamento docente e do didático “ideal” representado. A heteronormatividade atua não apenas sobre heterossexuais, como biológicos; masculino e feminino, isto é, “apresenta-se como um lugar de prestígio, uma posição de poder não nomeada, um lugar confortável de onde se pretende ver os que serão considerados outros, diferenças, exceções” (OLIVEIRA; DINIZ, 2014).

Assim, a expressiva identificação de homens e mulheres estão vinculados/as aos atributos culturais e nas relações sociais construídas que as definem pela da feminilidade e pela masculinidade.

A heterossexualidade consiste na manifestação do desejo afetivo e sexual por outra pessoa do gênero oposto, nomeado pelas normas de gênero como a identidade sexual hegemonicamente correta, possível e viável, porque subsidiada na relação vulva/mulher/feminino e pênis/homem/masculino. A manifestação do desejo afetivo e sexual por pessoas do mesmo gênero ou pelos dois gêneros corresponde, respectivamente, à homossexualidade e à bissexualidade. Por outro viés, mas não deslocado da identidade sexual, a identidade de gênero se define como a forma pela qual a pessoa se localiza e se identifica como homem ou mulher. Isso implica, aqui, em outras possibilidades além daquela imposta pelo dimorfismo das normas de gênero, quais sejam, ser uma mulher travesti, mulher ou homem transexual, mulher ou homem intersexual, entre outros (FRANCO, 2018, p. 471).

As considerações apresentadas pela autora definem as identidades, sexual e de gênero, ambas partilhando ocasiões favoráveis de se constituírem nas dimensões sociais e culturais. Para Butler (2003) os comportamentos assumidos estão vinculados aos papéis que essas pessoas assumem nos diferentes grupos. Corroborando, Junqueira (2009) descreve que sexualidade e gênero possuem significados dessemelhantes. Sexualidade corresponde à identidade biológica das pessoas. Em divergência o autor apresenta o conceito de gênero como algo inacabado, que estaria ligado à constituição social das pessoas.

Compreendemos que, por mais que ainda ocorram discursos, sobre os quais sexo seja sinônimo de gênero, os estudos têm tratado de ambos como elementos desiguais, visto que “a afirmação da identidade implica a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença” (LOURO, 2015, p. 40). Ao considerar as identidades sexuais e de gênero evidenciadas e interpretadas pela diversidade, Butler (2003) diz que a identidade não tem fim, se (re)constrói constantemente, ou seja, a conceituação sobre a identidade sexual é biológica da pessoa, definindo-a como masculino ou feminina. Em argumentação, gênero menciona-se o envolvimento cultural, logo, é algo inconclusivo, desenvolvido pelas afinidades sociais.

Por outra forma:

A identidade de gênero é o senso de saber a que sexo pertence, ou seja, a consciência de que "eu sou um homem", ou "eu sou uma mulher". A identidade de gênero é a experiência privada do papel de gênero e o papel de gênero é a expressão pública da identidade de gênero (PREU; BRITO, 2019, p. 138).

Para essa reflexão, assume-se aqui, conforme Silva (2002) uma compreensão de currículo oculto. Acrescenta-se que em sala de aula, há significados invisíveis que podem ser ou não emancipador, afastando-se do discurso normativo/dominante. Aos docentes, compete o diálogo e promover debates que assegurem a expressão das identidades, como sexualidade e de gênero. Entretanto, Junqueira, (2009) ressalta que os/as docentes conduzem suas aulas como se todos fossem heterossexuais. Diante disso, de forma geral, contemplar nos cursos de formação continuada, dos profissionais da educação, as temáticas de gênero e sexualidade, parte-se à redução das desigualdades, a valorização da diversidade.

4.3 Qual a forma de pensar/atuar como docente frente as diferenças que perpassam a sala de aula?

Como já descrito ao longo do estudo, pode-se dizer que essa produção, é uma pequena reflexão sobre a incorporação do debate, sobre as diferenças, no cotidiano escolar na Educação Básica e nos currículos de formação de docentes. Desta forma, o presente estudo pretende colaborar, com propostas de intervenção sobre as expressivas e dinâmicas diferenças sobre a identidade sexualidades e de gênero que se produzem e reproduzem dentro das escolas (FERREIRA, 2011).

Seguindo o raciocínio de que as diferenças contribuem para as opressões, uma vez que reforça a posição de favorecimento ao padrão normativo, cultural hegemônico, o “diferente” é posicionado como o inferior. Diante disso, a contraposição ao público LGBT, nas escolas não devem ficar condicionadas, afirmam Groff, Maheirie e Mendes (2015, p. 1440) que: “às decisões do campo consensual ou às legislações que intencionam silenciar as diferenças e a pluralidade dos modos de vida presentes no universo escolar”. Enquanto profissional da educação, ao docente cabe promover reflexões e discutir estratégias para que as instituições escolares, na representatividade docente, exerçam a partir de currículos, materiais didáticos e práticas pedagógicas, envolvem a questão das diferenças.

Promover discussões, a fim de ampliar olhares sobre as diferenças, problematiza o entendimento e a compreensão de que construímos uma cultura pautada na discriminação e na intolerância às diferenças (CANDAU, 2012). A identidade é marcada por diferenças que são constituídas no seio da cultura, que atribuem sentido de acordo com cor da pele, o sexo e a posição de gênero assumida. Neste contexto, apresentam-se o esclarecimento de que a escola pode tanto dar continuidade a preconceitos e estereótipos como favorecer a criação de espaços em que se discutam as diferenças e o respeito às diversidades.

Diferenças, distinções sobre a desigualdades são apresentadas tanto na escola, como as memórias apresentadas por familiares que consideram a homossexualidade como ato depreciativo de vivencias humanas. Não é tarefa contemporânea, mas a escola, já desde seus inícios exerce com naturalidade a função distintiva. Em conformidade, as evidências nos mostram que “a escola se nega a perceber e a reconhecer as diferenças entre alunos, mostrando-se ‘indiferente ao

diferente', em relação aos estudantes homossexuais, bissexuais ou transgêneros" (BONNEWITZ, 2003, p. 119).

Em complementação, Bento (2011), sustenta que a escola é uma das instituições que demonstra incapacidade de aceitar as diferenças. É na escola, portanto, que as diferenças estão sendo produzidas e reproduzida. Da mesma forma, se observa a construção de diferenças na escola está atravessada por todas as práticas, "que tão ou mais importante do que é dito, é o que não é dito, aquilo que é silenciado. O silêncio, no caso das diferenças de gênero e sexo, além de reproduzir a discriminação, parece ser a garantia de uma ordem" (LOURO, 2008, p. 67).

Considerado a escola como espaço público, o qual é marcado pela convivência entre as diferenças e, mais do que identificar e nomear a norma, ela pode levar a obviedade que intercala as diferenças e a forma de olhar. Lopes (2013) inscreve que as diretrizes ao redimensionar as definições e padronizações da sexualidade, criam o diálogo transversal sobre as diversas possibilidades de se adentrar ao e dar sentido ao assunto. Com isso, novos conceitos estão sendo abordados na busca de assertiva e alternativas para que as diferenças sejam problematizadas diversos ambientes sociais, sobretudo na escola.

5. Considerações finais

Durante o estudo desse artigo, com objetivo de investigar através de revisão sistemática sobre como as práticas educacionais têm se posicionado diante da identidade sexual e de gênero que adentram as salas de aula, foi possível identificar um crescimento significativo, apresentando um avanço constante do número de publicações entre 2010 e 2019.

Desta forma, podemos concluir que o processo de formação docente se encontra defasado no tocante às questões relacionadas a sexualidade, o que ocasiona uma série de lacunas prejudiciais ao trabalho pedagógico docente.

Foi possível compreender que identidade sexual e de gênero são temas relevantes que estão associados às vivências dos estudantes, ainda que, em espaços escolares, as relações se caracterizam como desiguais e as expressões oprimindo, não visibilizando os alunos como seres que pertencem ao contexto.

Não poderia deixar de ressaltar que o combate a discriminações e outras formas de violência em função de identidade sexual e/ou de gênero faz parte do

trabalho docente, além de ser uma obrigação moral e prevista em diversos instrumentos jurídicos e normativos que embasam o exercício da profissão e o ideal de educação que contribui para uma sociedade justa.

De modo geral, fica claro que a diversidade sexual na escola é tida como tabu. A homossexualidade é palco de discriminação e preconceito, pois os cursos de formações não transmitem as seguranças e não sanam as dificuldades dos docentes em tratar do tema. Os próprios preconceitos dos docentes são demonstrados nas pesquisas e se tornam barreiras para o desenvolvimento de uma educação para a sexualidade.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROSO, T.; BELLI, J. Questões de Gênero e Sexualidade em Xequê e Famílias em Choque. O que a Escola tem a ver com Isso? *Rev. Ens. Educ. Cienc. Human.*, Londrina, v.17, n.1, p.97-103, 2016.
- BENEDETTI, M. **Toda feita: o corpo e o gênero das tra- vestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu.** Petrópolis: Vozes, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_19mar2018_versaofinal.pdf.
- _____. **Educação para Todos: a Conferência de Nova Delhi**. Brasília: MEC, 1994b.
- _____. **LDB – Leis de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CANDAU, V. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, set. 2012.
- CROCHIK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006.
- DUQUE, T. Professora, vem ver! O Paulo vai ter neném: gênero, sexualidade e formação de professores/as. *Educação*, Santa Maria, v. 39, n. 3, p. 653-664, set./dez. 2014.
- FERREIRA, M. Debatendo gênero e sexualidades no cotidiano da escola. *Cadernos de Educação*, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas n. 39: p. 301 - 305, maio/agosto 2011.
- FRANCO, N. Transfobia e cotidiano escolar: impactos na relação docente/discente. *Revista Educação Pública*. Cuiabá, v. 27, n. 65/1, p. 469-486, maio/ago. 2018.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GROFF, A.R.; MAHEIRIE, K.; MENDES, P.O.S.P. A educação sexual e a formação de professores/as um convite ao dissenso. *Rev. Iberoam. Estudos Educativo*, v.10, n.2, p.1431-1444, 2016.
- JUNQUEIRA, R. Homofobia nas Escolas: um problema de todos, *In: Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Coleção Educação para todos. 2009. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187191por.pdf>.

JUNIOR, J.; FERNANDES, M.; FAUSTINO, S. ENTRE OS DITOS E OS INTERDITOS. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 23, n. 1, jan./abr. 2016.

LOURO, G. Pedagogias da sexualidade. In: Louro (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 7-34.

_____. O corpo educado. Pedagogias da sexualidade. In: Louro (Org.). **Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. Heteronormatividade. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**. Brasília, DF: MEC; UNESCO, 2009. p. 85-93.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOPES, L. Sexualidade em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. **Multiculturalismo, Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. Petrópolis: Vozes. 2013. p. 125 – 148.

MACEDO, E. A Cultura e a escola. In: MISKOLCI, R. (Org.). **Marcas da diferença no ensino escolar**. São Carlos, EdUFScar, 2010. p. 12-38.

MACIEL, P. **Lésbicas e professoras: modos de viver o gênero na docência**. 2014. Tese de Doutorado em Educação – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e prática. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MISKOLCI, R. Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças 2012. **Série Cadernos da Diversidade**, v. 6. Belo Horizonte: Autêntica.

MORAES, R. et al. Gestão Estratégica de Custos: Investigação da Produção Científica no Período de 2008 a 2012. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS**, 2013, Uberlândia. Anais.... São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, 2013.

NÓVOA, A. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: EDUCA. 2009. 96p.

NUNES, C.; SILVA, E. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, R.; DINIZ, D. Materiais Didáticos Escolares e Injustiça Epistêmica: sobre o marco heteronormativo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 241-256, jan./mar. 2014.

PREU, R.; BRITO, C. Patologização da transexualidade: uma leitura crítica das transformações ocorridas nas três últimas versões do DSM. **GÊNERO**, Niterói, v.19, n.2, p. 134-154, 1. sem. 2019.

RODRIGUES, A.; RANGEL, M.; SOUSA, N. Formação docente e as discussões de gênero: (in)visibilidades e silêncio na formação. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, v. 16, n. 2, mai./ago. 2019.

SILVA, T. **Documento de identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOARES, Z.; MONTEIRO, S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios, **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 73, p. 287-305, jan./fev. 2019.